

Abertura vai exigir política industrial

CRISTINA CHACEL

Parece já não haver dúvidas de que a saída para a crise doméstica brasileira está obrigatoriamente relacionada à inserção do País na nova economia mundial. Seja qual for a linha de pensamento deste ou daquele economista, cientista político, empresário, banqueiro ou dirigente sindical, esta afirmativa já corre chão e vira máxima nesta virada de década. Mas há uma longa distância entre a constatação de uma nova ordem econômica mundial, pautada na internacionalização e na integração, e a garantia de uma participação qualificada que um País como o Brasil deseja e persegue. Por aqui, este debate exige maior clareza para ser requalificado, na opinião do economista Otávio de Barros, Professor da

Universidade de Campinas (Unicamp) e Vice-Presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo, para quem é um equívoco concentrar o desafio unicamente em sua natureza comercial.

A inserção do Brasil na nova ordem econômica mundial, assinala Barros, envolve investimentos estrangeiros, ampliação da base tecnológica e integração ao novo sistema financeiro internacional. A equipe do Presidente eleito Fernando Collor, portanto, tem pela frente a tarefa de definir o que o País pretende em termos de relações internacionais — algo bem maior do que decidir abrir a torneira das importações, embora esta seja uma filosofia que segue a mesma direção. A abertura das fronteiras às mercadorias estrangeiras é arma de combate à cartelização cristalizada no País e

sem dúvida facilitará o acesso do brasileiro a bens de consumo com um padrão de qualidade que ele jamais sonhou possuir, a preços bem mais baratos que os similares nacionais. Mas não basta.

— A visão do consumidor é meritória, assim como a idéia de combater a cartelização da economia, expondo as indústrias locais à concorrência internacional. Mas a abertura de mercado indiscriminada pode afetar gravemente setores do comércio e da indústria, sem competitividade. No fim dos anos 70 essa abertura indiscriminada deu o golpe de misericórdia na indústria argentina — alerta o Professor.

Mas se a visão nacional-desenvolvimentista que ganhou corpo na década de 50 e alavancou o crescimento da economia do País nos últimos 30 anos é ultrapassada, a abertura brasileira propalada pelo Presidente eleito não vai

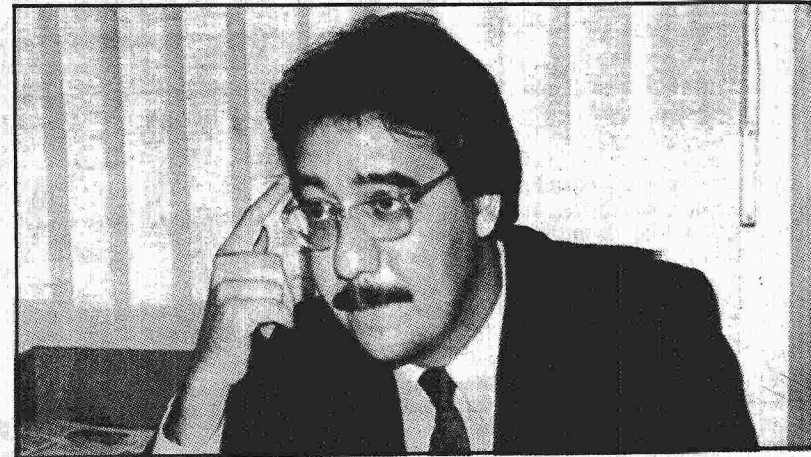


Foto de José Carlos Moreira

Barros: a abertura indiscriminada afetaria gravemente comércio e indústria

gerar investimentos estrangeiros se não for cuidadosamente planejada para longo prazo e conectada

a uma política industrial, sustenta Barros.

— Abrir a economia brasileira

é uma saída para o problema da crise doméstica, mas não vai gerar investimento estrangeiro se esta economia permanecer desorganizada, estagnada, sem projeto e sem padrão monetário estável — assinala.

Otávio de Barros observa que o coeficiente de abertura da economia brasileira é hoje de 3,5% do PIB, excluída a importação de petróleo, o que elevaria o índice para 4,5%. Muito baixo, para um País que precisa importar de 8% a 9% do PIB e tem capacidade para exportar 12% do PIB. Não há nada de errado em querer exportar, diz Barros, que, entretanto, condena os efeitos perversos produzidos pelo modelo exportador adotado no Brasil, baseado em subsídios, incentivos e salários minguados.

— Não dá para ser competitivo às custas de sacrifícios fiscais do Estado — acentua.